



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 2/2026
UASG: 987541

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Número do Processo:** 3.477/2025
- **Órgão Requisitante:** Departamento de Cultura
- **Responsável pela Elaboração:** Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
- **Data de Elaboração:** 27/11/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O Município de Dois Vizinhos vivencia um conjunto de transformações socioculturais, demográficas e educacionais que impactam diretamente a formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos e que exigem atenção ampliada do poder público em relação ao acesso à cultura, ao desenvolvimento humano e às oportunidades de expressão artística e educativa. Essas transformações não se limitam às dimensões econômicas ou administrativas, mas atravessam os modos de viver, aprender, conviver e participar da vida comunitária, evidenciando a crescente necessidade de fortalecimento de ambientes formativos capazes de promover convivência saudável, desenvolvimento cognitivo e socioemocional, fortalecimento de vínculos e ampliação de repertórios culturais. Esse cenário apresenta desafios que ultrapassam a lógica escolar tradicional, envolvendo dimensões culturais, artísticas, sociais e psicológicas que demandam atenção estruturada do Estado.

A ampliação do acesso à cultura, à arte, ao conhecimento e ao desenvolvimento de linguagem estética é reconhecida nacional e internacionalmente como elemento essencial para a promoção da cidadania e da proteção social. Documentos estruturantes das políticas públicas, como a Constituição Federal de 1988, o Sistema Nacional de Cultura, a Política Nacional de Assistência Social e os planos nacionais e estaduais de cultura, apontam que o Estado deve assegurar meios para que a população tenha pleno acesso à formação cultural, artística e à educação que fortaleça sua autonomia e seu protagonismo social. No contexto municipal, observa-se que grande parte da população, especialmente residentes em regiões periféricas ou em situação de vulnerabilidade social, enfrenta barreiras históricas para acessar práticas culturais, artísticas e educativas que contribuam para seu desenvolvimento integral. Tais barreiras incluem ausência de espaços adequados, insuficiência de atividades formativas contínuas e falta de estímulos que promovam criatividade, expressão, socialização e construção de identidades positivas.

Ao mesmo tempo, a sociedade contemporânea vive um processo acelerado de transformações tecnológicas e comunicacionais que modificam radicalmente os modos de produzir conhecimento, de se relacionar com o mundo e de interpretar conteúdos culturais, sejam eles literários, visuais, digitais ou corporais. Essas mudanças exigem que os indivíduos desenvolvam novas competências cognitivas, comunicacionais e expressivas. A ausência de ambientes estruturados para que a população possa desenvolver tais competências acentua desigualdades e limita o potencial criativo, crítico e humano das pessoas. Em especial, crianças e adolescentes que não têm acesso a atividades culturais e artísticas tendem a apresentar maiores dificuldades de socialização, menor capacidade de expressão e menos oportunidades de desenvolver habilidades socioemocionais fundamentais.

No caso de Dois Vizinhos, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes ao se considerar o crescimento populacional, a diversificação das demandas comunitárias e a complexidade das questões sociais que emergem no município. O relatório das ações socioculturais dos últimos anos, somado às informações provenientes das secretarias que atuam com atendimento direto à população, aponta que há uma demanda crescente por atividades que proporcionem convivência, fortalecimento de vínculos e experiências formativas significativas. Muitas crianças e adolescentes permanecem longos períodos sem acesso a experiências artísticas, culturais e educativas qualificadas, o que contribui para quadros de isolamento, fragilidade emocional,



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

dificuldades escolares, baixa autoestima e ausência de espaços de pertencimento comunitário. Além disso, adultos e jovens que buscam inserção social e desenvolvimento de novas habilidades enfrentam limitações na oferta de atividades que contribuam para o desenvolvimento de competências criativas, comunicativas e expressivas.

A política cultural desempenha papel central no desenvolvimento humano, social e comunitário, especialmente em municípios que possuem forte vocação artística e um histórico de engajamento comunitário, como é o caso de Dois Vizinhos. O Departamento de Cultura, por meio de suas oficinas, programas permanentes e ações formativas, constitui um espaço estratégico de promoção do direito à cultura, à expressão e à participação social, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pelos marcos das políticas culturais brasileiras. Entretanto, o município enfrenta um desafio estrutural crescente: a ampliação contínua da demanda por atividades formativas, apresentações e ações culturais que dependem diretamente de ambientes adequados, ferramentas pedagógicas consistentes e recursos culturais compatíveis com a complexidade das linguagens artísticas contemporâneas.

As oficinas oferecidas pelo Departamento de Cultura abrangem múltiplas linguagens, como música, audiovisual, artes integradas, práticas corporais, instrumentos de percussão, formação instrumental e expressão digital. Essas atividades, ao mesmo tempo que garantem o acesso à cultura, enfrentam limitações concretas quando não há suporte material e técnico capazes de assegurar a plena continuidade do processo formativo. A cultura, enquanto direito humano fundamental, implica não apenas a possibilidade de participar, mas também de desenvolver-se de maneira qualificada, com acesso a recursos que viabilizem a experimentação, a criação e a apresentação pública dos resultados pedagógicos construídos ao longo dos meses.

Um dos elementos centrais da necessidade identificada está no próprio caráter das oficinas culturais, que exigem processos contínuos e progressivos de aprendizado. A prática musical, seja erudita, popular ou percussiva, depende de instrumentos adequados, em bom estado e com propriedades físicas que permitam a evolução técnica dos participantes. Oficinas de audiovisual e registro artístico, por sua vez, exigem dispositivos capazes de documentar, difundir e valorizar o trabalho dos alunos e da equipe pedagógica, garantindo a memória cultural do município e o fortalecimento das identidades locais. Oficinas voltadas à inovação, tecnologia e imersão artística, como aquelas que envolvem realidade virtual e experimentações digitais, exigem ferramentas que permitam vivências compatíveis com as transformações contemporâneas das linguagens artísticas.

O problema central, portanto, não reside exclusivamente na oferta das oficinas, mas na ausência ou insuficiência de meios capazes de sustentar a qualidade necessária para que esses processos formativos se materializem de modo pleno. A cultura, em seu caráter dinâmico e vivo, exige condições materiais para florescer. Quando instrumentos musicais são insuficientes, desgastados ou inadequados, quando materiais tecnológicos não acompanham o desenvolvimento pedagógico da equipe, ou quando a estrutura audiovisual não permite registrar ou divulgar adequadamente os resultados produzidos, ocorre uma limitação direta no alcance da política cultural. Tal limitação impacta não apenas a experiência dos alunos, mas também o papel simbólico que a cultura desempenha na valorização da comunidade, no fortalecimento do pertencimento e no reconhecimento social das trajetórias individuais e coletivas.

As apresentações públicas realizadas pelo Departamento de Cultura representam, por sua vez, o ápice pedagógico de meses de trabalho silencioso, técnico e persistente. A apresentação é um momento de validação simbólica, de reconhecimento comunitário e de consolidação dos processos internos de aprendizagem. Contudo, tais apresentações enfrentam obstáculos quando não há instrumentos adequados, quando a equipe não dispõe de meios para registrar o processo, ou quando a estrutura não sustenta o nível artístico que os participantes construíram ao longo das oficinas. Essa lacuna causa frustração, perda de qualidade formativa e prejudica o impacto social do trabalho cultural, que deveria fortalecer laços comunitários e ampliar horizontes expressivos.

A sociedade contemporânea experimenta ainda um cenário artístico e cultural em que diferentes linguagens se entrecruzam e se hibridizam. A música dialoga com o audiovisual; a



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

dança se conecta com tecnologias digitais; práticas tradicionais convivem com experiências imersivas. Para que alunos, crianças, jovens, adultos e idosos possam desenvolver seu potencial criativo, é necessário que tenham acesso a ambientes que acolham essas múltiplas manifestações, respeitando suas características técnicas. A ausência de ferramentas adequadas gera desigualdade no acesso às diferentes linguagens culturais, limitando a formação integral do indivíduo e restringindo o desenvolvimento da política cultural local.

Do ponto de vista psicossocial, a cultura exerce função essencial na construção da autoestima, no fortalecimento do senso de identidade e na criação de vínculos sociais. Para muitos participantes das oficinas, especialmente crianças e adolescentes, esses espaços representam um ambiente de acolhimento, proteção e desenvolvimento emocional. A participação em práticas musicais e artísticas influencia diretamente no desenvolvimento cognitivo, coordenação motora, disciplina, expressão e capacidade de convivência. Entretanto, para que esses efeitos possam se consolidar, é indispensável que haja condições materiais mínimas que permitam o exercício dessas atividades em sua plenitude.

A falta de estrutura adequada também impacta a equipe pedagógica, que se vê limitada em seus métodos, reduzida em suas possibilidades de criação e impedida de aplicar estratégias mais contemporâneas e eficientes de ensino artístico. Profissionais da cultura trabalham com sensibilidade, técnica e criatividade, mas dependem de meios que lhes permitam desenvolver seu trabalho de acordo com padrões de qualidade coerentes com o papel formativo da política cultural municipal.

Além disso, o município de Dois Vizinhos vive um crescimento contínuo em sua participação cultural, com número crescente de alunos, ampliação das oficinas e aumento do interesse da população. Esse cenário, que deveria ser exclusivamente positivo, revela um problema estrutural quando não é acompanhado por meios materiais capazes de permitir a expansão, qualificação e continuidade das atividades. A carência de instrumentos, equipamentos, tecnologias e acessórios adequados afeta diretamente a capacidade institucional do Departamento de Cultura de atender à demanda crescente, prejudicando a eficiência do serviço público cultural.

Por fim, há uma necessidade evidente de fortalecer o papel da cultura como eixo estratégico de desenvolvimento social, comunitário e identitário. Para que as oficinas e apresentações continuem promovendo inclusão, pertencimento, valorização das tradições locais, inovação artística e participação social, é indispensável que exista suporte material adequado. A ausência de meios estruturais representa um problema público concreto e diretamente relacionado à efetividade da política cultural municipal, comprometendo sua continuidade e sua capacidade de transformar realidades.

Essa lacuna é precisamente o problema público que se evidencia no âmbito do Departamento de Cultura: a existência de uma demanda crescente por formação artística, expressão cultural e produção simbólica, aliada à dedicação de equipes qualificadas e ao engajamento da comunidade, contrastando com uma infraestrutura material e tecnológica que não corresponde, em quantidade e qualidade, às necessidades reais do trabalho desenvolvido. É essa distância entre potencial e condições concretas que torna imprescindível o enfrentamento da questão, sob pena de se comprometer a continuidade, a qualidade e o alcance da política cultural municipal.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

A necessidade identificada no item anterior demonstra que o Departamento de Cultura enfrenta um desafio que não está relacionado à ausência de projetos, metodologias ou profissionais capacitados, mas sim à insuficiência de meios técnicos, pedagógicos e tecnológicos para sustentar o conjunto das oficinas, ensaios, formações e apresentações. Diante disso, torna-se necessário analisar as alternativas possíveis para enfrentar o problema público, identificando suas vantagens, limitações, impactos operacionais e aderência às políticas culturais municipais. Essa



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

análise deve ser abrangente e considerar diferentes caminhos, desde a adaptação de estruturas existentes até o investimento em recursos atualizados que atendam às exigências pedagógicas e artísticas das oficinas do município. Cada alternativa deve incluir, ainda, uma reflexão sobre o ciclo de vida dos objetos, sustentabilidade, economicidade e adequação metodológica.

Alternativa 1: Manutenção do cenário atual com estruturas antigas ou insuficientes

A primeira solução possível seria manter o funcionamento das oficinas com os instrumentos, equipamentos e recursos já existentes no Departamento de Cultura, realizando apenas pequenos reparos emergenciais ou substituições pontuais, dentro das possibilidades internas. Embora essa solução possa parecer, em um primeiro momento, menos onerosa, sua análise técnica demonstra que ela não é adequada às necessidades identificadas, uma vez que perpetua as limitações estruturais que já comprometem a qualidade das ações formativas e das apresentações.

Os equipamentos existentes, em sua maioria, apresentam desgaste natural pelo uso contínuo e pela exposição prolongada durante oficinas e ensaios. Instrumentos musicais que já perderam capacidade de afinação, câmeras que não acompanham a qualidade exigida para registros institucionais, ausência de lentes adequadas, e falta de ferramentas tecnológicas contemporâneas (como dispositivos de realidade virtual) impedem que as práticas pedagógicas avancem. A manutenção desse cenário implica custos contínuos com reparos frequentes, baixa durabilidade remanescente dos equipamentos antigos, impacto negativo sobre a qualidade do aprendizado e limitação das possibilidades de inovação.

Além disso, do ponto de vista do ciclo de vida, a vida útil de boa parte dos instrumentos e equipamentos existentes já se encontra em estágio avançado, não justificando investimentos de reparo que se tornariam mais caros e menos eficazes que a substituição por equipamentos mais duráveis. Assim, essa alternativa não atende às necessidades educacionais, culturais e expressivas delineadas pelo Departamento de Cultura, e tampouco dialoga com a política pública de fortalecimento dos processos culturais municipais.

Alternativa 2: Empréstar, alugar ou depender de parcerias externas para suprir as necessidades das oficinas

Outra possibilidade seria recorrer ao aluguel de equipamentos, empréstimos temporários de instituições parceiras ou firmar parcerias fixas com entidades externas para suprir a demanda por instrumentos, equipamentos audiovisuais e recursos tecnológicos. Essa alternativa, embora viável em situações emergenciais ou pontuais, apresenta sérias limitações estruturais para utilização em oficinas permanentes e processos formativos duradouros.

O aluguel contínuo de instrumentos musicais, lente fotográfica, equipamentos de realidade virtual e outros materiais implica custos elevados a longo prazo, tornando-se economicamente desvantajoso quando comparado à aquisição definitiva. Além disso, equipamentos alugados estão sujeitos a cronogramas rígidos, disponibilidade incerta, variação de qualidade e risco de indisponibilidade em períodos de alta demanda no mercado cultural e audiovisual.

No caso de empréstimos, a restrição é ainda maior. Instrumentos e equipamentos profissionais geralmente não são emprestados por longos períodos, e seu uso constante por diferentes grupos compromete sua integridade física. Oficinas regulares e apresentações municipais requerem previsibilidade, estabilidade e continuidade, condições que não são garantidas por arranjos de empréstimo.

Do ponto de vista curricular, o uso de equipamentos temporários compromete a construção de processos pedagógicos contínuos, que exigem a familiaridade dos alunos com instrumentos específicos e a possibilidade de praticar com regularidade. A ausência de continuidade prejudica a evolução das habilidades e limita o potencial formativo.

Esta alternativa, portanto, não resolve o problema de fundo e ainda gera aumento de custos operacionais ao longo do tempo, sendo inadequada para suprir a longa duração dos processos culturais.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Alternativa 3: Aquisição de equipamentos básicos e de menor qualidade para atender minimamente as oficinas

Uma terceira alternativa seria considerar o uso de equipamentos mais baratos, de entrada ou voltados para uso doméstico, como forma de suprir minimamente as oficinas. Essa alternativa, no entanto, apresenta graves prejuízos na perspectiva técnica e pedagógica.

Instrumentos musicais de baixa qualidade têm vida útil extremamente curta, exigem manutenção constante, e muitas vezes não possibilitam afinação precisa ou uniformidade sonora, elementos essenciais para ensaios, práticas de conjunto e apresentações. Uma bateria digital de baixa qualidade, por exemplo, pode apresentar latência elevada, pads frágeis ou response inconsistente; uma câmera de entrada pode não oferecer nitidez adequada para registros culturais formais; lentes genéricas ou de baixa resolução não atendem ao sensor de 61 MP da Sony A7R IV; e dispositivos de realidade virtual de baixo custo não oferecem estabilidade, fidelidade ou recursos necessários para oficinas estruturadas.

Do ponto de vista do ciclo de vida, a durabilidade reduzida aumentaria rapidamente os custos de reposição, gerando desperdício de recursos públicos. Além disso, instrumentos precários desmotivam alunos, prejudicam as apresentações e passam ao público a imagem de descaso com o processo cultural, desvalorizando meses de trabalho da equipe e dos participantes.

Essa alternativa, portanto, não se alinha ao princípio da eficiência, da economicidade ou da dignidade cultural.

Alternativa 4: Aquisição de equipamentos profissionais, tecnologias consistentes e instrumentos duráveis que respondam às necessidades das oficinas

Esta alternativa apresenta forte aderência às necessidades pedagógicas, estruturais e culturais do município. Ao analisar o problema identificado, observa-se que as oficinas de música, audiovisual, fotografia, percussão e tecnologias imersivas dependem de equipamentos com desempenho compatível com o nível de exigência das atividades e com o papel institucional do Departamento de Cultura.

O uso de instrumentos musicais robustos e adequados à prática pedagógica garante que os alunos possam experimentar processos formativos completos, com qualidade sonora e técnica necessária. A disponibilização de lentes adicionais e equipamentos audiovisuais compatíveis com câmeras profissionais permite registrar os processos formativos e apresentações com fidelidade e respeito às produções dos alunos.

No campo da tecnologia imersiva, destaca-se a necessidade de um equipamento que atenda às exigências do MaisLab, laboratório de tecnologia e arte do município, que integra práticas de realidade virtual, oficinas com temas interativos e experiências pedagógicas digitais. A análise comparativa do mercado demonstra que o Meta Quest 3 (512GB, resolução 4K) é o único modelo comercialmente disponível no Brasil que atende integralmente às necessidades do laboratório, devido à sua capacidade gráfica superior, ao armazenamento necessário para oficinas multidisciplinares, ao pass-through colorido de alta qualidade e às ferramentas avançadas de mapeamento de ambientes.

Além disso, o Meta Quest 3 é comercializado amplamente por diversos fornecedores nacionais, o que garante competitividade, pluralização de propostas e atendimento aos princípios da Lei nº 14.133/2021. Assim, embora a marca seja mencionada por critérios técnicos, não há direcionamento indevido, já que múltiplos fornecedores o distribuem e não existe no mercado outro equipamento com especificações equivalentes para oficinas de imersão artística no nível requerido pelo MaisLab.

Do ponto de vista do ciclo de vida, equipamentos profissionais têm durabilidade significativamente superior, reduzindo custos de reposição e manutenção, aumentando confiabilidade e potencializando o impacto pedagógico ao longo dos anos. Além disso, sua capacidade técnica permite que o Departamento de Cultura avance e atualize seus métodos de ensino sem necessitar de substituições frequentes.

Esta alternativa atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público cultural.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

O problema identificado não é pontual: trata-se de um déficit estrutural que compromete o funcionamento regular e contínuo de oficinas práticas e apresentações formativas. A alternativa que envolve o uso de equipamentos adequados, profissionais e compatíveis com as linguagens trabalhadas é a única que resolve definitivamente o problema na perspectiva de médio e longo prazo

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

Pois a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) enquadradas nos limites de receita bruta anual previstos na Lei Complementar nº 123/2006 podem optar pelo regime de tributação do Simples Nacional, desde que atendam aos requisitos legais e não se enquadrem nas hipóteses de vedação expressamente previstas na legislação. O Simples Nacional unifica tributos, simplifica procedimentos fiscais e reduz a carga administrativa para esses portes empresariais, sendo um regime tributário facultativo destinado especificamente às ME e EPP.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

A vedação à subcontratação justifica-se pelo fato de que o objeto consiste no fornecimento direto de bens comuns, cuja entrega depende exclusivamente do fornecedor contratado, sem qualquer necessidade de divisão de responsabilidades ou repasse de etapas a terceiros. A subcontratação poderia gerar perda de controle sobre a qualidade, prazos, condições de garantia e conformidade técnica dos itens, além de dificultar a fiscalização e a responsabilização em caso de divergências ou irregularidades. Considerando que todos os produtos possuem especificações claras, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, a execução direta pelo contratado assegura maior segurança jurídica, rastreabilidade, eficiência e atendimento fiel às necessidades da Administração, razão pela qual a subcontratação não se mostra adequada nem proporcional ao objeto.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A não adesão à Ata de Registro de Preços justifica-se porque, após análise da demanda específica do Departamento de Cultura, verificou-se que as atas vigentes não contemplam itens com especificações técnicas equivalentes ou compatíveis com as necessidades apresentadas, seja em relação à qualidade exigida, seja quanto às características pedagógicas e funcionais dos materiais utilizados nas oficinas. Além disso, não foram identificadas atas com fornecedores aptos a entregar todos os itens necessários dentro dos prazos e condições operacionais exigidos pelo órgão, o que impediria o atendimento integral da demanda. A realização de processo licitatório próprio mostra-se, portanto, mais vantajosa, pois permite definir especificações precisas, garantir competitividade ampla e assegurar que os produtos adquiridos atendam exatamente às necessidades técnicas e pedagógicas do Departamento de Cultura, não havendo razão suficiente para justificar a adesão a atas existentes.

**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
 (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**





Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

O parcelamento por itens mostra-se tecnicamente necessário considerando que a demanda do Departamento de Cultura é composta por materiais de naturezas distintas, com funcionalidades específicas, características técnicas próprias e finalidades pedagógicas e culturais diferentes entre si. Embora todos os itens estejam vinculados às atividades do Departamento, cada um deles pertence a segmentos de mercado independentes, com fornecedores especializados e formações de preço distintas, o que impede que sejam tratados como um conjunto homogêneo. Ao estruturar a contratação por itens, a Administração respeita as recomendações da Lei nº 14.133/2021 e dos Tribunais de Contas, que orientam a segmentação do objeto sempre que isso resultar em maior competitividade, maior participação de empresas especializadas e melhores condições de vantajosidade para o setor público.

A aquisição agrupada de todos os materiais como um único conjunto acarretaria clara restrição à competitividade, uma vez que poucos fornecedores atuam simultaneamente nos mercados de instrumentos musicais, equipamentos tecnológicos, acessórios audiovisuais, lentes profissionais, dispositivos de realidade virtual e demais itens previstos. A contratação globalizada favoreceria apenas empresas de grande porte ou distribuidoras generalistas, excluindo microempresas e empresas de pequeno porte, que, pela própria natureza do mercado, são altamente especializadas e atuam em segmentos específicos. Assim, a formatação por itens permite que cada fornecedor concorra apenas naquilo em que realmente possui expertise comercial e técnica, garantindo ampla participação no certame, melhores preços unitários e maior precisão no julgamento das propostas.

Do ponto de vista administrativo, o parcelamento por itens aumenta a segurança da execução, pois eventuais dificuldades de fornecimento relacionadas a um material específico não comprometem os demais, preservando o fluxo das oficinas e atividades culturais. Além disso, possibilita à Administração gerir o cronograma e a execução conforme disponibilidade orçamentária, permitindo que determinados itens possam ser adquiridos prioritariamente, sem necessidade de depender de pacotes amplos que, muitas vezes, engessam o processo e dificultam a gestão financeira.

A análise técnica também demonstra que diversos itens possuem ciclos de vida diferentes, níveis de desgaste distintos, custos de manutenção específicos e tempos de reposição próprios. Isso reforça a necessidade de tratá-los individualmente, garantindo que cada item seja dimensionado corretamente e avaliado conforme sua singularidade técnica. Instrumentos musicais, lentes fotográficas e dispositivos de realidade virtual, por exemplo, possuem curvas de depreciação e rotinas de uso absolutamente incompatíveis entre si, reforçando a inadequação de uma abordagem unificada. Dessa forma, a adoção do parcelamento por itens representa a solução que melhor atende aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da competitividade, assegurando que a política cultural municipal seja desenvolvida com qualidade, segurança técnica e ampla participação do mercado fornecedor.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidades considerada para esta demanda foi construída a partir da necessidade real das oficinas culturais, do número de turmas atendidas pelo Departamento de Cultura, da rotatividade dos alunos, da duração das formações e da utilização compartilhada de instrumentos e equipamentos entre diferentes atividades. O dimensionamento buscou refletir a dinâmica concreta do trabalho pedagógico e artístico que ocorre ao longo de todo o ano, garantindo que cada turma tenha acesso adequado aos materiais indispensáveis para o desenvolvimento das competências previstas em suas respectivas oficinas.

No caso dos instrumentos de percussão, a quantidade estimada levou em conta que esses materiais são utilizados em várias frentes simultaneamente, como oficinas de ritmos, práticas integradas, iniciação musical, percussão corporal, grupos de apresentação e ensaios gerais. A percussão é uma das áreas mais transversais dentro do Departamento de Cultura, sendo comum que um mesmo conjunto de instrumentos seja necessário para atividades distintas que ocorrem



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

em diferentes horários e espaços. Para atender turmas que variam entre dez e quinze alunos, é fundamental que existam instrumentos suficientes para garantir a prática coletiva, já que o aprendizado musical depende da execução simultânea, da escuta mútua e da construção de conjunto. Além disso, instrumentos como tambores, pandeiros, triângulos e atabaques possuem papéis diferentes dentro da prática pedagógica, o que reforça a necessidade de variedade e quantidade. A estimativa considerou também a necessidade de preservar a vida útil desses instrumentos, pois o uso intensivo diário exige que haja unidades suficientes para revezamento, descanso do material e substituições temporárias durante manutenções.

A oficina de acordeom foi dimensionada com base em suas características específicas. Trata-se de uma formação técnica que exige extrema dedicação individual do aluno, sendo impossível o compartilhamento simultâneo de um único instrumento por mais de uma pessoa. As turmas são obrigatoriamente reduzidas, com no máximo três alunos, e cada estudante precisa de contato direto e contínuo com o acordeom para desenvolver postura, digitação, independência das mãos e coordenação com o fole. A estimativa de quantidade considerou o número de turmas ativas e previstas, garantindo que cada participante tenha acesso ao instrumento durante toda a aula e que haja pelo menos uma unidade reserva para situações de manutenção, ajustes ou substituição emergencial ao longo do ano.

No caso dos violões, que são instrumentos amplamente procurados e com grande adesão de alunos, a estimativa levou em conta turmas maiores, geralmente entre oito e doze participantes. Para garantir aprendizado adequado, é necessário que todos tenham contato simultâneo com o instrumento, permitindo acompanhamento rítmico, harmônico e técnico de forma contínua. A ausência de violões suficientes prejudica o ritmo pedagógico, força revezamentos que quebram o fluxo da aula e comprometem o avanço do grupo. A estimativa considerou também a necessidade de instrumentos reservas, pois o uso constante implica trocas de cordas, regulagens e ajustes de pestana, rastilho e braço, que tornam indispensável a disponibilidade de unidades de substituição.

Os equipamentos de realidade virtual utilizados no MaisLab foram estimados considerando o modelo pedagógico adotado pelo laboratório, que trabalha com vivências imersivas individuais e mediadas, exigindo que grupos pequenos possam se revezar de maneira fluida, segura e contínua. As oficinas de tecnologia digital exigem que o dispositivo esteja disponível durante todo o período de aula, sem interrupções por falta de equipamento viável. A estimativa levou em conta o número de turmas, a diversidade de projetos que utilizam realidade virtual e a necessidade de armazenamento interno compatível com atividades simultâneas. Também foi considerada a vida útil do equipamento e a necessidade de manter pelo menos uma unidade reserva para evitar paralisações em caso de manutenção.

Quanto à lente fotográfica, a estimativa considerou que o Departamento de Cultura já possui uma câmera profissional em uso e que o novo equipamento tem finalidade de ampliar a capacidade de registro fotográfico institucional das oficinas e das apresentações dos alunos. A lente não será usada apenas em eventos pontuais, mas ao longo de todo o ciclo formativo para documentar ensaios, atividades pedagógicas, processos criativos, bastidores, experimentações artísticas e apresentações públicas que representam o resultado final de meses de trabalho. A demanda contínua por registros exige uma lente adequada para fotografar em diferentes condições de luz, distância e movimento, garantindo qualidade na documentação do trabalho cultural desenvolvido. Como o uso é compartilhado por diversas oficinas e eventos, a estimativa considera que uma única lente adicional é suficiente, uma vez que ela complementa a câmera existente e amplia sua capacidade de cobertura fotográfica, sem necessidade de duplicidade de unidades.

De forma geral, a estimativa de quantidade apresentada neste Estudo Técnico Preliminar é resultado de uma análise cuidadosa da realidade pedagógica e cultural do município. Leva em conta o número de alunos por turma, a quantidade de turmas por linguagem, o uso compartilhado dos equipamentos, a rotatividade das atividades, as necessidades específicas de cada instrumento, o desgaste natural do uso contínuo e a indispensável continuidade do processo formativo. Trata-se de um dimensionamento proporcional, equilibrado e diretamente alinhado ao que é essencial



para o pleno funcionamento das oficinas e para a qualidade das apresentações que representam o esforço conjunto de alunos, professores e equipe técnica do Departamento de Cultura.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):

A estimativa de valor da presente demanda foi elaborada com base nas pesquisas constantes do Documento de Formalização da Demanda, que utilizaram consultas em sites de ampla divulgação, fornecedores especializados, plataformas reconhecidas e registros disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas. As referências coletadas permitiram identificar valores médios praticados no mercado para cada item requerido, assegurando que a estimativa representasse preços atuais e compatíveis com a realidade dos segmentos de cultura, tecnologia e instrumentos musicais.

Após a consolidação das pesquisas registradas no DFD, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 83.100,00 (oitenta e três mil e cem reais), conforme demonstrado no quadro de materiais presente no documento encaminhado pela área requisitante. Esse montante representa a média ponderada dos preços obtidos, atendendo aos princípios do planejamento, da economicidade e da estimativa fidedigna previstos na legislação vigente.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco identificado	Probabilidade	Possível dano	Ações preventivas	Ações de contingência
Atraso na entrega dos itens	Média	Prejuízo ao cronograma das oficinas e atraso nas apresentações	Definir prazos claros no edital, checar capacidade logística do fornecedor e acompanhar a execução	Reorganizar cronograma, priorizar atividades que não dependam dos itens
Fornecimento de itens fora das especificações	Baixa	Comprometimento da qualidade pedagógica e necessidade de substituição	Especificar detalhadamente os requisitos e conferir rigorosamente no recebimento	Recusar o item, acionar garantia e solicitar substituição imediata
Quebra ou defeito precoce dos instrumentos	Média	Interrupção das oficinas e necessidade urgente de manutenção	Exigir garantia mínima, utilizar apenas itens novos e orientar sobre uso e armazenamento	Utilizar instrumentos reservas, reorganizar turmas e providenciar manutenção imediata
Falta de fornecedores habilitados em algum item	Baixa	Risco de deserto ou fracasso de item isolado no certame	Realizar pesquisa prévia de mercado e ajustar especificações ao padrão comercial	Repetir apenas o item isolado
Oscilação significativa de preços no mercado	Média	Risco de inviabilidade ou necessidade de revisão do processo	Atualizar pesquisa de preços antes da publicação e validar no PNCP	Ajustar estimativa ou replanejar abertura conforme necessidade
Uso inadequado pelos alunos ou desgaste acelerado	Média	Danos aos instrumentos, necessidade de manutenção precoce e interrupções	Orientar sobre uso correto, armazenagem adequada e cuidados básicos	Acionar manutenção, utilizar reservas e reorganizar temporariamente as oficinas
Impossibilidade temporária de uso	Baixa	Prejuízo às oficinas do MaisLab e atraso	Checar compatibilidade,	Remanejar conteúdos para



Risco identificado	Probabilidade	Possível dano	Ações preventivas	Ações de contingência
do equipamento de realidade virtual		em atividades tecnológicas	atualizar softwares e treinar equipe técnica	atividades não dependentes do equipamento até resolução

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução considerada mais adequada consiste em disponibilizar ao Departamento de Cultura um conjunto de materiais, instrumentos e equipamentos capazes de atender, de forma integrada, as necessidades pedagógicas, artísticas e operacionais das oficinas culturais e das apresentações resultantes desses processos. A escolha engloba instrumentos de percussão utilizados em múltiplas linguagens, acordeons necessários para turmas reduzidas e especializadas, violões para grupos maiores, lente fotográfica adicional para a câmera já existente, dispositivos de realidade virtual para o MaisLab e outros itens essenciais ao funcionamento cotidiano das atividades. Trata-se de um conjunto que responde tanto às demandas formativas quanto à necessidade de registrar, valorizar e dar visibilidade ao trabalho produzido pelos alunos, garantindo continuidade e qualidade ao processo cultural municipal.

A solução, compreendida como um arranjo integrado de itens complementares, permite que as oficinas sejam executadas de maneira plena, sem interrupções por falta de materiais adequados, e assegura que as apresentações públicas representem de forma fiel o percurso pedagógico desenvolvido ao longo do ano. A combinação desses recursos atende ao caráter multifacetado da política cultural, que envolve diversas linguagens e requer suporte material diverso, possibilitando que diferentes frentes do Departamento funcionem de forma articulada, eficiente e alinhada aos objetivos de formação, inclusão e acesso à cultura no município.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de entrega dos produtos:

- Todos os itens devem ser entregues novos, originais de fábrica e em perfeito estado de conservação;
- Os produtos devem ser entregues lacrados, com embalagem íntegra e proteção adequada contra danos;
- Cada item deve vir acompanhado de manual, acessórios, cabos, peças e componentes previstos pelo fabricante.
- É obrigatória a entrega das notas fiscais correspondentes, contendo a identificação completa dos itens.
- Não será aceita a entrega de produtos recondicionados, usados, refurbished ou com sinais de uso.
- Todos os itens serão conferidos pela equipe técnica no ato da entrega para verificação de conformidade com as especificações.
- Produtos entregues em desacordo, com defeitos ou divergências deverão ser substituídos imediatamente, sem ônus para a Administração.
- O fornecedor deve assegurar transporte adequado, garantindo que nenhum item sofra danos durante o deslocamento.

DOCUMENTAÇÃO:

- Qualificação Econômico-financeira: Balanços Patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, índices financeiros (SG, LG, LC) dos últimos 2(dois) anos; certidão negativa de falência.



INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

A exigência de apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, juntamente com os índices de Solvência Geral, Liquidez Geral e Liquidez Corrente referentes ao mesmo período, bem como a certidão negativa de falência, justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade econômico financeira mínima para cumprir integralmente as obrigações assumidas. Considerando que o objeto envolve a entrega de materiais especializados, instrumentos musicais, equipamentos tecnológicos e itens de maior sensibilidade operacional, é indispensável que o fornecedor demonstre situação financeira estável, evitando riscos de inadimplemento, atrasos, falhas no fornecimento ou interrupções que possam comprometer o funcionamento das oficinas culturais e o cronograma das apresentações vinculadas ao Departamento de Cultura. Os índices financeiros permitem avaliar a saúde econômica da empresa de forma objetiva, identificando sua capacidade de honrar compromissos de curto e longo prazo, assim como sua estrutura de capital, reduzindo a probabilidade de descumprimento contratual.

A certidão negativa de falência e concordata complementa essa verificação, garantindo que a empresa não esteja sujeita a processo falimentar ou em situação que comprometa sua atuação no mercado. A ausência desse documento poderia impor risco relevante à Administração, sobretudo diante da necessidade de continuidade das atividades culturais que dependem diretamente da entrega dos itens licitados. Assim, a exigência desses documentos assegura a contratação de fornecedor com solidez mínima comprovada, reduzindo a probabilidade de riscos operacionais e financeiros, atendendo às disposições da Lei nº 14.133 e observando os princípios da segurança jurídica, do interesse público, da eficiência e da continuidade do serviço público.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A definição dos critérios de sustentabilidade para esta contratação foi realizada com base nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da Cartilha de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas. Esses documentos indicam que, sempre que houver itens eletrônicos, tecnológicos ou que possam gerar impacto ambiental relevante, é necessário considerar aspectos relacionados à durabilidade, à redução de resíduos, ao uso eficiente dos materiais e à responsabilidade do fornecedor quanto ao ciclo de vida dos produtos. Para os itens presentes nesta demanda, especialmente os que envolvem componentes eletrônicos, adotaram-se critérios que asseguram maior vida útil, melhor desempenho e menor necessidade de descarte antecipado. Para os instrumentos musicais e demais itens que não possuem diretrizes específicas no Guia, foram aplicados critérios gerais voltados para a durabilidade, a procedência adequada dos materiais e a redução de impactos ambientais na etapa de uso e descarte. Dessa forma, os critérios adotados atendem às recomendações dos documentos oficiais e garantem conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável previsto na legislação.

Critérios de sustentabilidade aplicáveis:

a) Preferência por produtos com maior vida útil.



- b) Exigência de itens novos e originais de fábrica.
- c) Redução de embalagens desnecessárias.
- d) Adequação às normas técnicas e ambientais aplicáveis.
- e) Preferência por itens com menor impacto ambiental no descarte.
- f) Exigência de responsabilidade ambiental do fornecedor, incluindo logística reversa quando disponível.
- g) Verificação da procedência dos materiais utilizados, especialmente madeira.
- h) Eficiência energética, quando aplicável aos equipamentos eletrônicos.
- i) Seleção de produtos que apresentem menor probabilidade de substituição precoce.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a presente contratação concentram-se no fortalecimento das oficinas culturais, na ampliação da qualidade pedagógica das atividades ofertadas e na garantia de condições materiais adequadas para que os processos formativos se desenvolvam de maneira contínua, segura e eficiente. A disponibilização dos instrumentos, equipamentos e materiais possibilitará que os alunos tenham acesso pleno às práticas artísticas, evitando interrupções por insuficiência de recursos e assegurando que cada linguagem cultural seja trabalhada com sua complexidade técnica própria. Com isso, espera-se que o Departamento de Cultura amplie sua capacidade de atendimento, mantenha a regularidade das oficinas, aumente a participação dos alunos e ofereça experiências de aprendizagem mais completas, inclusivas e alinhadas às expectativas da comunidade.

Além do aprimoramento das oficinas, pretende-se alcançar resultados diretos na qualidade das apresentações formativas realizadas ao longo do ano, que representam o encerramento dos processos pedagógicos. Com os materiais adequados, os alunos poderão demonstrar suas habilidades com maior precisão, segurança e expressividade, e o Departamento poderá registrar e difundir esses resultados de forma mais qualificada. Os itens destinados ao laboratório de tecnologia e às práticas de registro audiovisual permitirão aprofundar o uso de linguagens contemporâneas e reforçar a integração entre música, tecnologia e artes visuais, ampliando o impacto social e cultural das ações desenvolvidas. Em síntese, os resultados esperados contemplam o aperfeiçoamento das práticas educativas, o fortalecimento das apresentações públicas, o aumento da eficiência na execução das atividades culturais e a consolidação de uma política cultural municipal mais estruturada, acessível e capaz de atender às demandas crescentes da população.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de fornecimento será por entrega dos itens conforme solicitação da Administração e de acordo com os empenhos emitidos para cada item contratado. A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelo Departamento de Cultura, em data e horário previamente definidos, observando-se o prazo estabelecido no edital para cada solicitação. Cada item deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionado, acompanhado de todos os acessórios, garantias, manuais e nota fiscal correspondente. O fornecedor é responsável pelo transporte, descarregamento e pela integridade física dos materiais até o recebimento definitivo. Eventuais divergências entre o item entregue e o especificado deverão ser sanadas imediatamente pelo fornecedor, mediante substituição sem ônus adicional para o Município.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilvana Fatima Schmoeller
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Jailene Dal Bosco

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A política cultural municipal caracteriza-se por sua natureza transversal e pela integração de diversas ações, atividades e profissionais que atuam de forma simultânea e complementar. No âmbito do Departamento de Cultura, nenhuma oficina, apresentação ou evento ocorre de maneira isolada. Cada iniciativa depende de um conjunto amplo de processos, materiais, serviços e estruturas que se inter-relacionam e que formam um ecossistema cultural único, cuja eficácia depende do funcionamento conjunto de todas essas partes. Essa interdependência é uma característica estrutural da política cultural e influencia diretamente o resultado final das ações desenvolvidas.

O funcionamento das oficinas culturais do município, sejam elas de música, percussão, artes visuais, audiovisual, fotografia, dança, teatro, tecnologias digitais ou linguagens híbridas, exige uma série de elementos pedagógicos e operacionais que se complementam e se articulam ao longo do ano. Essas oficinas geram demandas contínuas por espaços adequados, materiais pedagógicos, instrumentos em condições adequadas de uso, equipamentos tecnológicos, recursos eletrônicos, acessórios audiovisuais, figurinos, acompanhamento técnico, apoio administrativo e diversas outras formas de suporte. Mesmo que algumas dessas contratações não interfiram diretamente no funcionamento interno do Departamento, todas elas contribuem para o resultado final que será entregue à população e que representa o trabalho contínuo de alunos e professores.

As ações culturais de média e grande escala reforçam ainda mais essa lógica. Eventos como o Desfile de Natal, as apresentações de final de ano das oficinas, os recitais de música, os espetáculos cênicos, o Festival Canta Vizinho, as mostras de audiovisual e as ações temáticas do laboratório MaisLab envolvem uma multiplicidade de contratações correlatas. Para que um desfile ou uma apresentação exista, é necessário que haja, previamente, a produção de figurinos por meio do trabalho de costureiras, a compra de tecidos e aviamentos, a contratação de instrutores que acompanham e orientam o desenvolvimento dos grupos, a montagem de estrutura de som e iluminação, a presença de equipe de segurança e brigadistas, além dos serviços de filmagem, fotografia e difusão visual que garantem o registro e a memória cultural do evento.

Cada uma dessas etapas é interdependente e compõe o processo formativo e artístico que o Departamento de Cultura oferece. Nenhum espetáculo ocorre apenas com os alunos e professores. Para que a apresentação seja coerente com o processo pedagógico que a antecede, é necessário que todos os elementos de produção cultural se articulem de maneira harmoniosa. O figurino dialoga com a trilha sonora que, por sua vez, depende da sonorização adequada, que precisa estar em sintonia com a iluminação, que depende da montagem de palco, que só existe porque houve ensaios, que só foram possíveis porque existiam instrumentos e equipamentos adequados, que só puderam ser utilizados porque houve instrutores e apoio administrativo. A cadeia cultural é sempre coletiva, processual e interdependente.

Esse caráter articulado também se expressa na necessidade de registros audiovisuais e na produção de memória cultural. As apresentações e atividades formativas precisam ser documentadas para garantir transparência, valorização dos alunos, prestação de contas à



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

comunidade e preservação do patrimônio imaterial produzido pelo município. Isso demanda equipamentos adequados como câmeras, lentes, iluminação e estrutura de captação de som, que se conectam diretamente com o trabalho desenvolvido nas oficinas, pois são esses equipamentos que asseguram que o resultado final seja divulgado com qualidade compatível com o esforço realizado ao longo de meses.

A cultura municipal funciona, portanto, como uma rede de ações relacionadas entre si. A ausência ou insuficiência de qualquer uma dessas peças compromete o conjunto. Quando falta um instrumento adequado, o ensaio não progride. Quando falta figurino, a apresentação perde sua identidade estética. Quando falta iluminação, a qualidade visual do espetáculo é prejudicada. Quando não há equipe de som, o evento não acontece. Quando não há equipamentos de registro, a memória do trabalho desaparece. Assim, as contratações correlatas e interdependentes não constituem ações isoladas, mas partes de um único processo contínuo que envolve criação, formação, preparação, produção e apresentação.

As atividades culturais do município exigem, para seu pleno funcionamento, estruturas que se complementam e que não podem ser compreendidas separadamente. A prática pedagógica das oficinas é reforçada pelas apresentações públicas. As apresentações dependem de múltiplos serviços complementares. Os serviços complementares dependem da existência de materiais adequados para uso nas oficinas. A política cultural se sustenta nesse entrelaçamento permanente de ações, profissionais e contratos. Essa dinâmica interdependente explica porque, ainda que cada contratação tenha finalidade específica, todas elas sustentam, de forma coletiva, a política cultural municipal como um sistema integrado de atividades.

Assim, reconhece-se que o Departamento de Cultura não realiza apenas oficinas isoladas, mas conduz processos artísticos que se desdobram em eventos complexos, que envolvem dezenas de profissionais e múltiplos contratos complementares. Cada contratação contribui para a qualidade final das entregas culturais e para a valorização do trabalho dos alunos e da equipe técnica. Esse conjunto de interdependências justifica o entendimento de que, embora as contratações tratadas neste Estudo Técnico Preliminar sejam específicas, elas se inserem em uma rede mais ampla e contínua de ações culturais, que devem ser compreendidas como partes integrantes da política cultural municipal.

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação, está alinhada com o PCA 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/5/2025, atualização: 16/10/2025
- III) Id do item no PCA: 8472-8473
- IV) Classe/Grupo: 7710
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-110/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Os itens que compõem esta demanda são classificados como bens comuns, uma vez que suas especificações, padrões de desempenho e características de qualidade podem ser descritos de



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

forma objetiva, usual no mercado e sem necessidade de avaliações subjetivas ou complexas. Trata-se de instrumentos musicais, materiais pedagógicos, equipamentos eletrônicos, itens de tecnologia e acessórios que possuem parametrização técnica amplamente conhecida pelos fornecedores, com requisitos que podem ser definidos de maneira clara, precisa e compatível com as práticas comerciais. Por essa razão, sua contratação não exige análise diferenciada, desenvolvimento técnico especializado ou soluções customizadas, enquadrando-se no conceito de bens comuns previsto na legislação, o que possibilita a utilização de critérios de julgamento objetivos e a seleção da proposta mais vantajosa mediante ampla competitividade entre os fornecedores.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços e fornecimentos não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A não exigência de garantia da contratação justifica-se pelo fato de que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns e verificação simples, cujo risco de inadimplemento é reduzido e plenamente mitigável por meio do próprio recebimento provisório e definitivo. Os itens adquiridos possuem características padronizadas, são amplamente disponíveis no mercado e permitem conferência imediata quanto à conformidade, funcionamento e integridade física no ato da entrega, o que elimina a necessidade de constituição de garantia adicional por parte do fornecedor.

Além disso, a exigência de garantia poderia gerar aumento injustificado dos custos para a Administração, uma vez que o valor tende a ser repassado ao preço final ofertado pelas empresas, reduzindo a competitividade e a vantajosidade da contratação. Considerando que se trata de fornecimento de itens não continuados, sem execução prolongada no tempo e sem riscos relevantes para o erário, a não exigência de garantia preserva a economicidade do certame e mantém a proporcionalidade entre o risco envolvido e os custos administrativos gerados. Dessa forma, verifica-se que a dispensa da garantia é adequada, proporcional e alinhada às boas práticas de contratação pública.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação revela-se viável e necessária, pois os itens solicitados atendem de forma direta às demandas reais das oficinas culturais e das atividades pedagógicas do Departamento de Cultura, garantindo continuidade, qualidade e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das formações e apresentações realizadas ao longo do ano. As especificações são objetivas e configuram bens comuns, possibilitando ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, enquanto a pesquisa de preços e a análise dos riscos demonstram coerência técnica e econômica da solução. Considerando a compatibilidade dos valores estimados com o mercado, a adequação do parcelamento por itens e a inexistência de riscos impeditivos, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, devendo o processo seguir para as etapas subsequentes.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Modalidade da licitação: (X) Pregão, (X) Tradicional () SRP

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: aberto

Orçamento não sigiloso



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

21. FONTE DE RECURSOS

- (x) Recursos Próprios
- () Recursos Estaduais
- (x) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 27 de novembro de 2025.

Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19.494-1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0C26-0A1C-6D8B-553E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MATEUS JOAO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 07/01/2026 15:53:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ GILVANA FATIMA SCHMOLLER (CPF 037.XXX.XXX-06) em 07/01/2026 15:55:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 07/01/2026 16:09:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 08/01/2026 08:07:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JAILENE DALBOSCO (CPF 037.XXX.XXX-75) em 08/01/2026 08:52:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/0C26-0A1C-6D8B-553E>